

Data: 07.03.2020

Título: Braço-de-ferro no Orçamento da UE. "Fragilidade" de Portugal é a execução dos...

Pub: **Diário de Notícias**

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 10;11

QuickCom
comunicação integrada



► Os Estados membros continuam num braço-de-ferro sobre o Orçamento plurianual da União Europeia. Os países do norte querem contribuir menos para os da coesão, entre os quais inclui-se Portugal.

Braço-de-ferro no Orçamento da UE. "Fragilidade" de Portugal é a execução dos fundos

Área: 1237cm² / 59%

Tiragem: 24.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6766953

PAULA SÁ

Há um impasse na negociação do Orçamento da UE para os próximos sete anos. Portugal não aceita cortes nos fundos de coesão como quer o Conselho Europeu. Figuras do PSD ligadas aos assuntos europeus e económicos dizem que se deve valorizar em Bruxelas o reequilíbrio das contas públicas nacionais para bater o pé.

Há um braço-de-ferro entre o Conselho Europeu e o Parlamento da UE sobre o Orçamento para União para 2021-2027 que pode bloquear todo o processo de aprovação. O governo português não aceita a proposta do Conselho, muito mais baixa do que a do

Parlamento, e que a vingar representaria um corte de 10% nos fundos de coesão para Portugal. António Costa reuniu-se em Beja, no início do ano, com os países “amigos da coesão” para bater o pé. Mas fez tudo o que podia e terá sucesso, apesar do apoio do PE?

O eurodeputado social-democrata José Manuel Fernandes argumenta que o executivo se atrasou nesta luta, mas assegura que o Parlamento Europeu, que terá de aprovar por unanimidade o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE, não dará o aval à proposta do Conselho Europeu para suprir a perda de receitas da saída do Reino Unido. E que representam dez mil milhões de euros anuais. O Conselho, que é presidido por Charles Michel, quer uma contribuição dos Estados membros de 1,074% do rendimento nacional bruto, enquanto o PE propõe 1,3%. Portugal admitiu manter os 1,16% que aceitou no quadro anterior, mas os países do norte – Finlândia, Suécia, Dinamarca e Holanda – não querem ultrapassar a fasquia de 1%. Num quadro em que o PIB da UE sem o Reino Unido foi de mais de 14 biliões de euros. Entre as quatro propostas há muitos milhões em jogo.

“António Costa reuniu-se com os amigos da coesão, mas teria sido muitíssimo mais útil tê-lo feito antes do Conselho ter apresentado a sua proposta”, afirma o eurodeputado do PSD. Agora, bate-se pela do Parlamento Europeu.

“O Conselho diz que a nossa proposta é irrealista, mas é a única coerente para manter as políticas da coesão, a política agrícola comum, o Erasmus+, os programas de in-

vestigação, o fundo para a defesa e a transição justa. E a única justa para não enganar os cidadãos”, afirma o eurodeputado coordenador do grupo do Partido Popular Europeu na comissão de Orçamentos e membro da equipa de negociação do PE do QFP 2021-2027.



José Manuel Fernandes estabelece um paralelo sobre o que se conseguiria se o PE aprovasse a proposta do Conselho. "Seria como dar 20 euros a um cidadão e dizer que podia comprar um carro elétrico." O Parlamento diz que a proposta contraria as prioridades da UE.

Perante o impasse, e que parece não ter fim à vista, o eurodeputado social-democrata defende um "pano de contingência" que prolongue o quadro financeiro atual para manter os programas em curso e renovar os que terminarem a 31 de dezembro de 2020. "É melhor prolongar um quadro que já não é bom do que ter um ainda pior", afirma.

José Manuel Fernandes argumenta que para aliviar a contribuição dos países que mais contribuem para o Orçamento comunitário é preciso novos "recursos próprios". Volta às propostas, entre outras, de taxar os gigantes das novas tecnologias, como Google, Facebook e Amazon, sobre produtos que não respeitem as emissões de carbono, nova distribuição das verbas dos direitos aduaneiros e da cobrança de multas aos Estados membros, tal como uma taxa sobre as transações financeiras. "Tudo isto permitia não sobrecarregar os contribuintes." Estima que com estas medidas poderia arrecadar-se anualmente cerca de 22 mil milhões de euros, o que representaria 40% do Orçamento da UE.

E remata: "Seria uma atitude criminosa impedir que os beneficiários do Orçamento o pudessem utilizar. Seria contra a Europa e os seus cidadãos." Isto no caso de não ser aceite a proposta de estender o atual quadro de financiamento da União até que haja consenso sobre o novo.

Como pedir mais fundos?

Joaquim Sarmiento, economista e professor do Instituto Superior de Economia e Gestão – que é o "Centeno" de Rui Rio –, acredita que o governo está a fazer tudo o que pode para que Portugal não perca fundos de coesão. Mas, tal como José Manuel Fernandes, admite que devia ter agido por "antecipação" à proposta do Conselho Europeu.

"Se há um contribuinte líquido que saiu (o Reino Unido), só há duas hipóteses: ou os outros aumentam a sua participação, ou os que contribuem menos veem reduzidos os benefícios", diz e admite que seja só na presidência alemã da UE, no segundo semestre deste ano.

Na batalha portuguesa pela manutenção dos fundos de coesão e por um maior nível

de financiamento da UE, Joaquim Sarmiento vê alguma debilidade. Que se traduz, afirma, na baixa taxa de execução dos fundos. "Se executamos pouco, com que argumento iremos reivindicar mais?", questiona.

A mesma "fragilidade" é detetada pela vice-presidente do PSD e responsável pelas Relações Externas, Isabel Meirelles. "Portugal apenas executou 40% dos fundos. Como podemos pedir mais?" A falta de empenho na execução explica-se, dizem Sarmiento e Meirelles, pela falta da participação portuguesa e pela contenção na despesa pública, levada a cabo por Mário Centeno.

Isabel Meirelles defende que o governo português devia jogar nesta negociação com o facto de Portugal ter conseguido superar a crise e ter equilibrado as contas públicas de uma forma sustentada.

O ex-comissário Carlos Moedas é que já considerou que a proposta do Conselho Europeu para o Orçamento plurianual da União Europeia "não é um bom sinal para a Europa". E lembrou em entrevista à TSF: "O orçamento do Estado americano federal é 20% do PIB americano, o orçamento, entre aspas, federal da União Europeia é 1%, portanto, a diferença é de um para 20", diz.

"Seria como dar 20 euros a um cidadão e dizer que podia comprar um carro elétrico" (sobre a proposta do Conselho Europeu para o orçamento da UE).

1%

PAÍSES DO NORTE A

JOSÉ MANUEL FERNANDES Eurodeputado do PSD
 proposta de países como a Suécia e a Finlândia equivale a 1,015 biliões de euros.

"Se há um contribuinte



Data: 07.03.2020

Titulo: Braço-de-ferro no Orçamento da UE. "Fragilidade" de Portugal é a execução dos...

Pub: **Diário de Notícias**

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 10;11



líquido que saiu (o Reino Unido), só há duas hipóteses: ou os outros aumentam a sua comparticipação ou os que contribuem menos veem reduzidos os benefícios."

1,07%

PROPOSTA DO CONSELHO Esta proposta aumenta apenas um pouco a dos países do norte, para 1,087 biliões de euros.

JOAQUIM SARMENTO *Professor no ISEG*

1,16%

PROPOSTA DO GOVERNO O executivo português disse que aceitaria o mesmo valor de há sete anos, que dava 1,17 biliões de euros.

1,3%

PROPOSTA DO PE O Parlamento Europeu é o mais ambicioso e quer que o financiamento chegue aos 1,32 biliões de euros.



Área: 1237cm² / 59%

Tiragem: 24.000 FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6766953